

**MEDIDA PROVISÓRIA 950, DE 8 DE ABRIL DE 2020**

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (**covid-19**)



CD/20692.16584-32

**EMENDA ADITIVA Nº DE 2020**

Acrescenta-se artigo à Medida Provisória nº 950, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação

“Art. O trabalhador atingido pelas medidas definidas nas Medidas Provisórias nºs 927/2020 e 936/2020 e o trabalhador sem vínculo formal de emprego que não se enquadrarem nas condições desta norma, poderão solicitar a suspensão do pagamento da conta de energia elétrica, para trinta dias após a cessação da situação de calamidade pública.

§ 1º O saldo do valor devido para os trabalhadores que optarem pela suspensão de contratos definidos no *caput*, poderá ser pago em até dez parcelas mensais, sem a incidência de juros.

§ 2º O disposto neste artigo não impede o pagamento regular das contas de energia elétrica, conforme a possibilidade financeira do consumidor.

§ 3º Durante o período de calamidade pública decretada em razão da COVID-19, não poderão ser cortados o serviço essencial de fornecimento de energia elétrica.”

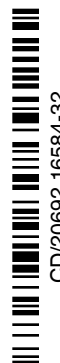
## JUSTIFICAÇÃO

Propomos emenda aditiva à MP 950/2020, para que cidadãos que não se enquadrem na chamada tarifa social de energia elétrica possam suspender o pagamento das contas de energia, caso necessitem, podendo parcelar o valor posteriormente ao encerramento da situação de calamidade pública, sendo vedado em qualquer caso o corte desse serviço essencial.

Sala das sessões,     de abril de 2020.

ALENCAR SANTANA BRAGA

Deputado Federal – PT/SP



CD/20692.16584-32